



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 010/2015 – SGP

Concessão de Movimentação Funcional
no âmbito deste Tribunal.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 472/2013-DG, publicada no DJE TRE/RN de 26/12/2013, que dispõe acerca da delegação de competência para concessão de atos administrativos específicos, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos Eletrônicos conforme protocolos abaixo informados,

Considerando os termos da Lei nº 12.774, de 28/12/2012, que modificou a Lei nº 11.416, de 15/12/2006, e o art. 12 da Resolução nº 22.582 – TSE, de 30/08/2007, publicada no Diário da Justiça do dia 10/09/2007, que dispõe sobre o desenvolvimento nas carreiras dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo dos Quadros de Pessoal dos Tribunais Eleitorais e dá outras providências,

Considerando as disposições contidas na Portaria Conjunta TSE/STF/CNJ/CJF/CSJT/TJDF nº 04/2013, de 08 de outubro de 2013, que determina o reenquadramento dos servidores em desenvolvimento na carreira às mesmas classes e padrões antes da edição da Lei nº 12.774, de 28 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder movimentação funcional aos servidores abaixo relacionados, de acordo com os dados constantes na tabela seguinte:

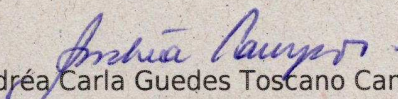
SERVIDOR	Cargo	Protocolo/Processo	Movimentação De/Para	Efeitos
FREDERIKO STENIO NEVES DE ARAÚJO	Técnico Judiciário	1435/2010 - 527/2010	B-7 para B-8	31.01.2015
RENATA GEÓRGIA PINHEIRO DE SOUZA	Analista Judiciário	3191/2010 - 1342/2010	B-9 para B-10	02.02.2015
LÍGIA BENTO MOISÉS	Analista Judiciário	7135/2010 - 3145/2010	B-7 para B-8	28.01.2015
FLAVIO ROBERTO GUERRA SEABRA	Analista Judiciário	2307/2010 - 936/2010	B-9 para B-10	02.02.2015
JOÃO HENRIQUE KOERIG	Técnico Judiciário	1521/2010 - 566/2010	B-6 para B-7	26.01.2015
SIDNEI COSTA SOUZA	Técnico Judiciário	2013/2010 - 827/2010	B-9 para B-10	02.02.2015

[Assinatura]

Art. 2º. Autorizar, condicionada à disponibilidade orçamentária, a realização dos procedimentos necessários ao pagamento dos valores decorrentes da referida progressão funcional e a sua implementação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Natal, 13 de fevereiro de 2015.


Andréa Carla Guedes Toscano Campos
Secretária de Gestão de Pessoas